

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 3 - Trabalho e Ação Coletiva no Século XXI

Levantamento bibliográfico sobre pesquisas no escopo do trabalho plataformizado na
Universidade Federal do Paraná

Ana Caroline Gonçalves de Souza¹

INTRODUÇÃO

A globalização e o neoliberalismo deram condições materiais para a sustentação da economia digital e financeirizada, destacando o surgimento das plataformas digitais e empresas de tecnologia. Focadas na automatização e economia compartilhada, estas empresas provocaram mudanças no setor econômico global, com destaque ao modo eficiente das plataformas digitais em monopolizar e extrair grandes quantidades de dados (Srnicek, 2018). Os anos de chegada e acelerada interiorização da empresa-aplicativo Uber demonstraram o uso estratégico pela empresa de tecnologia do uso da cidade e das modificações do trabalho pela plataformização (Tozi, 2021).

Viabilizadas e incorporadas no cotidiano dos brasileiros, as plataformas digitais estão na prestação de serviços, no marketplace e no setor comercial, de modo que o trabalho, em suas diferentes formas, passa a ser permeado parcialmente ou integralmente por empresas-plataforma. Nos últimos anos, a literatura vem discutindo as novas condições e

¹ Estudante de graduação em Ciências Sociais (UFPR), bolsista de iniciação científica (CNPq) e integrante do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS). Email para contato: souzagana@gmail.com

sentidos atribuídos ao trabalho, permeados pelo empreendedorismo, autonomia, precarização, flexibilidade, intensificação e males à saúde física e mental.

Dada esta variedade de composições que o trabalho sob controle de plataformas digitais imprime, é possível classificá-los em *location-based*, *online web-based* e *online web-based e location-based*. Conforme Manzano e Krein (2025), a categoria *location-based* refere-se àqueles trabalhos obtidos via plataforma e realizado e entregue em um espaço territorial específico, sendo, portanto, geograficamente limitado, são exemplos as empresas Loggi, Uber e Parafuzo. Já aquelas categorizadas como *online web-based* não precisam de uma localidade específica para a realização, sendo executadas em ambiente digital, dentre estas estão Freelancer, coming e Amazon Mechanical Turk.

Isto posto, a interseção entre estas categorias é verificada quando a plataforma engloba tanto trabalhos virtuais quanto presenciais, como é o caso da GetNinjas, onde serviços profissionais de design, realizados digitalmente, e de corretor de imóveis são disponibilizados, sendo denominada *online web-based e location-based*. Estas classificações são relevantes para entender a dinâmica fornecida pelas plataformas aos trabalhadores agregados, seja no recebimento de uma intercorrência seja na segurança do profissional e apoio da plataforma.

Ainda que este trabalho venha a se inserir na Sociologia, a multidisciplinaridade dos estudos e pesquisas realizados comporta o Direito, Economia, Pedagogia, Administração e Engenharia de Software, dentre tantos possíveis. Tão grande a variedade de temas e áreas que por vezes pesquisas, autores e setores não se conversam. Com isso, a proposta do presente trabalho é o levantamento de estudos realizados na Universidade Federal do Paraná (UFPR) sobre trabalho plataformizado, com o objetivo de levantar os maiores campos de estudo, convergências e divergências possíveis, bem como lacunas. Para isso, utiliza-se o Sistema de Bibliotecas da UFPR (SiBi/UFPR), de acesso aberto, para obtenção dos trabalhos de graduação e pós-graduação.

É com esta proposta que o presente trabalho se divide em quatro partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte são expostos os descritores utilizados, bem como as justificativas de escolha de cada um, os achados e os critérios de seleção, como meio de auxílio as tabelas inseridas condensam os materiais triados. Em seguida, na terceira parte, com base nos materiais escolhidos na segunda seleção foram apontados os sentidos econômicos atribuídos à uberização, as saídas pelo cooperativismo e atividade coletiva frente às condições encontradas nos aplicativos, e os aspectos legais, políticos e econômicos que levaram o trabalho plataformizado à realidade dos trabalhadores brasileiros. Por fim, as considerações finais não findam a temática na universidade, visto que o período dos materiais

selecionados (2016-2024) nos apresentam fagulhas e impressões, mas não esgotam os caminhos científicos para o tema.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A utilização do SiBi/UFPR ocorre por agregar os trabalhos acadêmicos produzidos na instituição, disponibilizando-os de maneira física e/ou digital. De acesso aberto à comunidade externa, sem necessidade de vinculação institucional, o SiBi/UFPR disponibiliza campos de busca avançada que permitem a maximização da busca. Dessa maneira, nas buscas empreendidas para este trabalho, foram selecionados 11 materiais (dissertação, dissertação digital, TCC especialização, TCC especialização digital, TCC graduação, TCC graduação digital, tese, tese digital, tese livre-docência, tese-pós doutorado e tese pós-doutorado digital), uma vez que o objetivo era levantar trabalhos produzidos da graduação até a pós-graduação, sem restrição a área do conhecimento ou a localização do campus da biblioteca.

Cabe ressaltar que todas as teses, dissertações e TCCs de especialização são disponibilizados no repositório institucional após a defesa, permanecendo em acesso público. Entretanto, pode haver restrições ao conteúdo, no todo ou em parte, conforme a autorização do autor. Os TCCs também são disponibilizados e encaminhados à biblioteca pela coordenação do curso. Desta maneira, pode ocorrer que algum estudo não tenha sido localizado na pesquisa e na filtragem realizadas, justificando, assim, ausências.

A escolha dos descritores “plataformização” e “uberização” ocorre pela variedade de conceitos empregados sobre a presença de plataformas digitais na intermediação, contratação e mudanças na esfera organizativa do trabalho. Contudo, conforme demonstram Grohmann e Salvagni (2023), a filiação na escolha de “uberização” ou “plataformização” acontece tanto pelo momento de expressão da empresa Uber sobre o mundo do trabalho quanto pelo exercício dialético entre tecnologia e trabalho/cultura/sociedade. Em outras palavras, a utilização de ambas as formas para denominar o fenômeno ocorre para abranger estudos de ambas as preferências terminológicas.

Já a escolha por “trabalho por aplicativo” e “trabalho plataformizado” refere-se à função da plataforma digital segundo quem observa, em outras palavras, pode ser uma intermediadora sem comprometimento laboral, um meio de conectar cliente e empreendedor ou um meio de trabalho do qual há controle sobre os ganhos e modos de operação. Além disso, contemplam ofícios já existentes e também aqueles que surgiram junto com a economia informatizada.

Entretanto, cabe um limite ao levantamento: utilizando descritores mais específicos da temática e das categorias, como “entregadores”, “motoboy”, “delivery”, “telemarketing”, “ação coletiva”, “economia de plataformas”, “economia compartilhada”, “economia de bico/gig economy”, “economia on-demand”, “trabalho digital” e “capitalismo de plataforma”, dentre outras possíveis, outros estudos que contemplam a plataformização do trabalho são encontrados, mas que não foram localizados a partir dos quatro escolhidos para este estudo. Diante disso, é de grande ganho uma análise voltada para estes estudos não incluídos aqui. No entanto, o presente levantamento sustenta-se diante da macrovisão do debate em torno do trabalho por plataformas digitais.

O período de tempo para a seleção dos estudos foram os anos 2016-2024. O início de 2016 acabou marcado pela interiorização da empresa-aplicativo Uber e a expansão do trabalho plataformizado para além do transporte de passageiros (Tozi, 2020). Já 2024 como ano em que os trabalhos a serem registrados já passaram pelo processo institucional da biblioteca. Assim, a primeira etapa deste levantamento foi a coleta dos estudos de cada descritor (seleção 1), separadamente. Em seguida, a segunda etapa, foram analisados por meio de título e resumo os estudos segundo a abrangência da plataformização nas classes laborais, sem a especificação de uma categoria (seleção 2), mas não incluindo aqueles que pautavam o aplicativo apenas no meio de organização do trabalho, como um aplicativo para gerenciar a experiência turística ou agregar prestadores de serviço para o cliente.

Nas tabulações apresentadas constam o título, autor, ano, tipo de material, área e a distinção do enfoque do objeto entre *online web-based*, *location-based*, *online web-based e location-based*, ou estudo teórico — distinguido, aqui, por não focar em certo caso de plataformização em específico.

Na palavra-chave “plataformização” foram encontrados trabalhos voltados a diferentes discussões e áreas. Na educação, o controle da atividade docente por meio de plataformas de engajamento e de atividades, utilização de mídias sociais para o ensino e a privatização de redes de ensino estadual estiveram em enfoque, bem como o posicionamento e funcionamento de *big techs* no debate democrático e uso de dados dos usuários. Consequências na atividade coletiva, relações familiares e transbordamentos do labor para a vida privada, assim como a saída ao cooperativismo também estiveram presentes.

No total, foram encontrados dez materiais (cinco dissertações, quatro teses e um TCC de graduação), dos quais Direito e Sociologia foram as áreas mais abrangidas (três trabalhos cada), História, Comunicação, Letras e Educação apareceram cada um com um exemplar. Destaca-se que somente foram identificados estudos com “plataformização” a partir de 2021.

Por fim, foram selecionados oito trabalhos. Aqueles não incluídos debatiam a atuação das big techs, como Google e Facebook, na qualidade e controle do debate democrático.

Tabela 1: Materiais selecionados - “Plataformização”					
Título	Autor(a)	Ano	Material	Área	Enfoque
Cooperação: uma saída emergente frente à plataformização do trabalho	Josiane Caldas	2021	Tese digital	Direito	Teórico
Desfamiliarização das funções da família e plataformização do trabalho: a lógica da servidão voluntária/involuntária	Roseli Bregantin Barbosa	2021	Tese digital	Sociologia	Online web-based e location-based
(Re)configurações identitárias de redatores em plataformas: conflitos éticos na atividade publicitária	Leticia Guimarães	2023	Dissertação digital	Comunicação	Online web-based
De entregadores a líderes: uma análise da construção da identidade coletiva dos trabalhadores do IFood em Curitiba	Jhenifer Alcantara Baptista	2023	Dissertação digital	Sociologia	Location-based
De volta para tempos modernos: a incompatibilidade programática entre competência digital e plataformização do ensino	Catarina Portinho Nauiack	2023	Tese digital	Letras	Online web-based
A proteção jurídica dos trabalhadores domésticos em plataformas digitais no Brasil	Marina Mira de Souza Silva	2024	Dissertação digital	Direito	Online web-based e location-based
Entre reels e stories, sociologia: uma intervenção pedagógica por meio do Instagram	Aline de Azevedo	2024	Dissertação digital	Sociologia	Online web-based
Prescrições, impedimentos e efeitos da plataformização no poder de agir de professor	Chiara Cristina de Andrade Poli	2024	Dissertação digital	Educação [Ensino das Ciências Ambientais]	Online web-based

Fonte: Sistema de Bibliotecas (SiBi) da UFPR. Disponível em: <<https://acervo.ufpr.br/>>. Acesso em 26 jan. 2026.

Em “uberização” o termo aparece a partir de 2017, associado à “economia compartilhada”, com trabalhos focados no turismo, aluguel de imóveis e cozinhas compartilhadas. “Economia de Uber”, como também foi chamada, abarcou discussões sobre regulamentação do trabalho e embate entre empresas de transporte de passageiros, bem como categorias em específico, como trabalhadores da indústria de tecnologia da informação, entregadores e motoristas. No total, 26 materiais foram encontrados e 15 selecionados. Destes, a área do Direito foi majoritária (nove), seguida por Economia (dois) e Inteligência de Negócios, Jornalismo, Administração e Psicologia (um de cada).

Tabela 2: Materiais selecionados - “Uberização”					
Título	Autor(a)	Ano	Material	Área	Enfoque
A economia compartilhada e a uberização do trabalho: utopias do nosso tempo?	Josiane Caldas Kramer	2017	Dissertação	Direito	Teórico
Se esta rua fosse minha, eu mandava... compartilhar!: uma análise de fatores de motivação na preferência pelo serviço compartilhado de mobilidade	André Ricardo do Rosário Contani	2017	TCC Especialização digital	Inteligência de negócios	Location-based
Conectividade e relações econômicas no século XXI: o advento da uber economia	Bruno Aurelio Ledur Domingues	2018	TCC Graduação Digital	Economia	Location-based
A quarta revolução industrial e os impactos no conceito de subordinação jurídica no direito do trabalho	Ricardo Betiatto	2019	TCC Graduação Digital	Direito	Teórico
Taxi <i>versus</i> Uber: upgrade tecnológico e o choque com a economia tradicional	Karen Luana Tonkelski	2019	TCC Graduação Digital	Direito	Location-based
A uberização do trabalho: uma análise para além da dicotomia entre autônomos e subordinados	Luciana Nowicki Giese	2021	TCC Graduação digital	Direito	Teórico
Corre das notas: a ausência de regulamentação do trabalho no capitalismo de plataforma como estratégia de manutenção do racismo	Lucas Finkler Moreira	2021	TCC Graduação digital	Direito	Teórico
O trabalho sob demanda via plataformas digitais: emprego, empreendedorismo ou terceira via?	Cristiano Menezes Veiga	2021	TCC Graduação digital	Direito	Teórico
A crise social do emprego e a ampliação dos	Eziel Gualberto de Oliveira	2022	Tese Digital	Administração	Teórico

trabalhadores assalariados por conta própria					
Quanto vale a sua entrega?: um webdocumentário sobre a precarização de direitos trabalhistas dos entregadores por aplicativos	Giulia de Miranda de Amorim Maia	2022	TCC Graduação Digital	Jornalismo	Location-based
A desproteção social e a irresponsabilidade civil pelo risco de acidente de trabalho no contexto da uberização	Julia Pereira Padilha	2023	TCC Graduação digital	Direito	Teórico
Flexibilidade e expropriação do tempo de trabalho dos motoristas de aplicativo: análise sociojurídica sobre o trabalho prestado por meio de plataformas digitais	Giovanna Beatriz Bortoto	2023	Dissertação digital	Direito	Teórico
Uberização do trabalho na pandemia: uma análise do cenário brasileiro	Ana Laura Ribeiro Lino	2023	TCC Graduação digital	Economia	Teórico
Inteligência artificial e algoritmos nas relações de trabalho: regulamentação, desafios e perspectivas no contexto brasileiro	Luccas Abraão de Paiva Vidal	2024	TCC Graduação digital	Direito	Teórico
O sofrimento psíquico em trabalhadores da indústria de tecnologia da informação	Carolina Dias	2024	Dissertação digital	Psicologia	Web-based

Fonte: Sistema de Bibliotecas (SiBi) da UFPR. Disponível em: <<https://acervo.ufpr.br/>>. Acesso em 26 jan. 2026.

Com a palavra-chave “trabalho por aplicativos” foram localizados 186 materiais, dentre estes, aqueles registrados em 2016 (no total, onze) referiam-se à utilização de aplicativo na perspectiva do consumidor e usuário — a citar, judicialidade da privacidade e liberdade, pessoas com deficiência visual no supermercado e estacionamento municipal. Nos anos seguintes esta relação permaneceu, acrescida com estudos que não se enquadram como “trabalho por aplicativos”: relacionados ao funcionamento do aplicativo na aplicação de monitoramento ambiental, de tráfego etc. O descritor também localizou materiais relacionados ao uso de tecnologias no ensino e aplicativos para agenciamento da amostra para o estudo.

De início, a quantidade de trabalhos relacionados ao desenvolvimento de aplicativos para benefício de empresas e aumento da produtividade foi interpretada como erro de direcionamento do descritor, pois identificou “aplicativos” como apps e seu funcionamento

tecnológico e “trabalho” como a pesquisa realizada. No entanto, uma reflexão possível é o foco no desenvolvimento de aplicativos em prol da empresa, onde o trabalhador que possa estar inserido ou intermediado é um componente analisado separadamente, quando analisado. O “trabalho” ou o resultado deste estão presentes ali, mas não seu agente. Refletindo esta observação, a área com maior quantidade de estudos foi Engenharia de Software (16) seguida por Direito (12).

Seguindo os critérios da seleção 2 foram obtidos 11 materiais, dos quais cinco da área do Direito, dois de Educação, um de Engenharia Industrial 4.0, um de Economia, um de Letras e um de Antropologia. Houve a repetição de Domingues (2018), Bettiatto (2019), Tonkelski (2019), Maia (2022) e Lino (2023), já considerados na seleção “uberização”, de modo que não foram mencionados aqui. Semelhantemente a repetição (Baptista, 2023) em “plataformização”, de maneira que não foi repetido nesta seleção.

Tabela 3: Materiais selecionados - “Trabalho por aplicativos”					
Título	Autor(a)	Ano	Material	Área	Enfoque
A influência do IOT na indústria: rumo a indústria 4.0	Fernanda Rudeck Tassi	2017	TCC Graduação Digital	Economia	Teórico
O uso das tecnologias pelos professores corregentes no Município de Curitiba	Joyce Cordeiro Heindyk Garcia	2017	Dissertação	Educação [Ensino de história]	Location-based
O entregador por plataformas digitais e o direito à remuneração digna	Andressa Lunelli	2021	TCC Graduação Digital	Direito	Location-based
O trabalho em plataformas digitais e a racionalidade neoliberal: entre o empreendedorismo e a precarização	Alana Batista da Rocha	2021	TCC Graduação Digital	Direito	Teórico
Plataforma de anúncio e contratação de serviços domésticos	Rafael da Silva Viero	2021	TCC Especialização Digital	Engenharia industrial 4.0	Location-based
Trabalho acessado por meio de aplicativos: autonomia e subordinação no trabalho dos entregadores	Cledison Kirshner Rosa	2021	TCC Graduação Digital	Direito	Teórico
"On-line até atingir a meta": percepções do trabalho dos(as) motoristas de aplicativo	Fabiano Franco Daniel	2022	Dissertação digital	Letras	Location-based
A utilização das tecnologias digitais pelos	Janice Luciane da Silva Prado de Abreu	2022	Dissertação digital	Educação	Location-based

professores dos anos iniciais do ensino fundamental no município de Piraquara					
A era digital e os impactos previdenciários sob a ótica dos direitos fundamentais	Lucas Silvestre Machado	2023	TCC Graduação Digital	Direito	Teórico
A proteção jurídica dos trabalhadores domésticos em plataformas digitais no Brasil	Marina Mira de Souza Silva	2024	Dissertação digital	Direito	Teórico
Empreendedorismo na/pela Uber?: uma análise antropológica sobre a flexibilização do trabalho entre os motoristas de aplicativos de Campo Grande - MS	Amanda Yumi Miyazato de Souza	2024	Dissertação digital	Antropologia e Arqueologia	Location-based

Fonte: Sistema de Bibliotecas (SiBi) da UFPR. Disponível em: <<https://acervo.ufpr.br/>>. Acesso em 26 jan. 2026.

De maneira semelhante à “plataformização”, “trabalho plataformizado” começou a aparecer a partir de 2021, no entanto, foram os mesmos trabalhos já selecionados anteriormente (Caldas, 2021; Barbosa, 2021). Com o total de seis materiais encontrados, questões éticas nas redações de jornal (dissertação já encontrada anteriormente), liberdade sindical de trabalhadores e análise das decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre jornada de trabalho foram abordadas. Em relação ao primeiro critério de seleção, novamente Caldas (2021), Barbosa (2021) e Guimarães (2023) enquadraram-se, já selecionadas anteriormente, e de maneira nova foram considerados dois outros materiais, ambos do Direito.

Tabela 4: Materiais selecionados - “Trabalho plataformizado”					
Título	Autor(a)	Ano	Material	Área	Enfoque
Liberdade sindical no trabalho em plataformas digitais: limites e possibilidades no contexto brasileiro	Michael Wilian Conradt	2022	Dissertação digital	Direito	Teórico
A aderência da jornada de trabalho nas plataformas digitais: a necessidade de proteção da jornada e a jurisprudência do TST	Rafael Junqueira de Andrade	2024	TCC Graduação digital	Direito	Teórico

Fonte: Sistema de Bibliotecas (SiBi) da UFPR. Disponível em: <<https://acervo.ufpr.br/>>. Acesso em 26 jan. 2026.

Em seguida, a tabela 5 agrega a relação Ano/Área dos 36 trabalhos selecionados, onde é possível observar o predomínio de estudos na área do Direito, correspondendo a 50% do total:

Tabela 5 - Relação Ano x Área dos estudos selecionados na seleção 2										
Área/ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Administração	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Antropologia e Arqueologia	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Direito	-	1	-	2	-	7	1	3	4	18
Economia	-	1	1	-	-	-	-	1	-	3
Educação	-	1	-	-	-	-	1	-	1	3
Engenharia Industrial 4.0	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Inteligência de Negócios	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Jornalismo	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Letras	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2
Psicologia	-	-	-	-	-	-	-		1	1
Sociologia	-	-	-	-	-	1	-	1	1	3
										36

Desta maneira, para o debate contido na terceira parte foram considerados os principais pontos de correspondência e divergência entre os estudos, considerando literatura trabalhada, objeto e objetivo. Para esta seleção foram estabelecidos três eixos de discussão e a escolha dos materiais ocorreu por leitura do resumo e julgamento quanto à contemplação dos aspectos envolvidos.

DISCUSSÃO DE ASPECTOS COMUNS

A expansão das plataformas digitais na esfera empregatícia ampliou formas históricas de precarização e inovou seu léxico ideológico a fim de embasar as destituições de proteção

social e desemprego. No Brasil, a pioneira e rápida expansão da Uber, iniciada em 2016, foi recebida e interpretada de diferentes formas. Buscou-se, assim, apreender a perspectiva econômica que a plataformas digitais incrementam no funcionamento do capital, bem como os significados que o trabalho plataformizado imprime na economia nacional e internacional.

Domingues (2018) escreve nos anos de espalhamento nacional da plataforma Uber, anos os quais Tozi (2020) aponta a tendência de desnacionalização das empresas-plataforma, a citar a compra da 99 pela chinesa Didi Chuxing, diminuindo a um pequeno número de grandes plataformas o gerenciamento multinacional de milhões de viagens. Nesse sentido, a “uber economia” toma sentido pelo “espírito empreendedor”², segundo Domingues (2018), por movimentar o mercado das plataformas digitais, levando à repetição de seu tipo de contratação para uso de bens e serviços.

Além disso, a figura do empresário na perspectiva schumpeteriana condiz com a da personalidade inovadora, que se arrisca sair da zona de conforto e arrisca utilizar novas matérias-primas e meios de produção. Disso, Domingues (2018) identifica o êxito da Uber nos termo de desenvolvimento econômico de Schumpeter, uma vez que 1. introduziu um novo bem que fomentou a concorrência, o caso da utilização dos carros dos próprios motoristas; 2. abriu um novo mercado com tecnologias da internet e smartphones, fomentando a concorrência com o tradicional serviço de táxi; e 3. criou uma nova dinâmica organizacional de mercado em relação ao contato entre vendedores e compradores de serviço.

De maneira diferente, Oliveira (2022) parte da crise estrutural no capitalismo monopolista-financeirizado — tratando, assim, do aumento do desemprego estrutural associado ao progresso tecnológico, aumento do desemprego crônico associado às desigualdades distributivas, política neoliberal com desregulamentação do mercado de força de trabalho, generalização das subcontratações e terceirizações — para então desenvolver sua tese em relação à dispersão das relações salariais.

Entende-se a ampliação tecnológica como estratégia do capital para ampliação da taxa de mais-valia³, onde a gradual substituição ou desemprego da força de trabalho mediante incremento de tecnologias tornam o processo de trabalho mais produtivo. Com isso, nas

² Domingues (2018) utiliza a noção de “empreendedor” trabalhada por Joseph Schumpeter em “Teoria do Desenvolvimento Econômico” (1997 [1911]), no qual busca salientar o papel deste agente no desenvolvimento econômico. Para além da questão de acesso ao crédito defendida por Schumpeter, o empresário também educa o consumidor conforme criação de necessidade de seus produtos, para o autor “é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar” (Schumpeter, 1997, p. 76).

³ Conforme Marx (1996, p. 332) em seu livro 1, tomo 1 “O capital: crítica da economia política”, mais-valia configura-se como a razão entre trabalho excedente (s) e trabalho necessário (v), da qual o capitalista se apropria com objetivo de excedentes econômicos e rentabilidade.

formas de assalariamento de trabalhadores por conta própria, como a pejetização e a uberização, as condições de aumento dos ganhos empresariais são possíveis a partir da transferência dos custos e riscos do processo de produção e de circulação de mercadoria aos próprios trabalhadores (Oliveira, 2022).

Em síntese, Domingues (2018) e Oliveira (2022) partem de polos diferentes do papel do desenvolvimento tecnológico e sua participação na economia capitalista. O primeiro compreende o sucesso da Uber no espalhamento da forma de contratação e funcionamento territorial em outros serviços para além da locomoção, abrangendo o que Schumpeter (1997, p. 152) relacionou a “destruição criativa” para com a estrutura de mercado anteriormente vigente. Por sua vez, o segundo demonstra os aspectos precarizantes que a uberização tem impulsionado, com a transferências dos custos e riscos do trabalho para o trabalhador, favorecendo a redução do valor da força de trabalho e a ampliação da produção do valor excedente apropriado pelo capital.

Acima de quaisquer características do trabalho uberizado, é relevante entender o cenário favorável encontrado pelas plataformas digitais nas legislações do trabalho no Brasil. Neste sentido, a lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, alterou significativamente a proteção social garantida ao trabalhadores, consolidando formas de trabalho precarizantes, a citar, contrato de trabalho intermitente, terceirização das atividades-fim, flexibilização da jornada e o princípio do negociado sobre o legislado (Bortoto, 2023).

Entretanto, a Reforma encontrou condições favoráveis para aprovação com exigências do capital para as alterações nas legislações trabalhista e previdenciária — no contexto de crise econômica iniciada em 2015, o que significou adoção de políticas de austeridade econômica e ajustes fiscais —, sob pretexto de enfrentamento ao desemprego e argumentos de modernização, atualização, criação de empregos e flexibilização (Dal Rosso, 2019 *apud* Bortoto, 2023). Desta maneira, o trabalho por plataformas digitais encontra vias de existência e permanência em aspectos desregulamentados pela Reforma.

Giese (2021) aponta que a lei 13.640/2018 “reconheceu os motoristas como segurados obrigatórios e impôs a necessidade de recolhimento previdenciário independentemente de sua condição, autônoma ou empregatícia” (Giese, 2021, p. 29), entretanto, as plataformas digitais se mantêm inertes às contribuições previdenciárias, sem fiscalização governamental para que o mandamento legal seja cumprido. Com relação à atividade sindical, Conradt (2022) demonstra certa efetividade do sistema jurídico para a proteção contra atos sindicais, por

outro lado, destaca a variedade de formas que as empresas-plataforma encontram para abrandar denúncias, greves ou manifestações. Em sua dissertação o autor pontua:

Um aspecto foi notório quando analisada as correspondências com uberização: a economia do compartilhamento aparece tanto como a possibilidade alternativa que a empresa-aplicativo Uber estaria representando, bem como as saídas destes trabalhadores uberizados diante das plataformas digitais comandadas pelas *big techs*. Desta maneira, o segundo eixo a ser discutido refere-se aos significados e saídas do trabalho plataformizado, tanto pela via da economia compartilhada quanto os sentidos atribuídos a essas ocupações.

O processo de financeirização da atividade econômica e o crescente destaque do setor de serviços na economia nacional encontra-se com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). De maneira que o acúmulo de riqueza e prioridade ao lucro mobilizados pelo neoliberalismo são escancarados por crises econômicas e políticas, dentre outras coisas, a redução dos postos de trabalho e renda dos trabalhadores. Disso, Caldas (2021) demonstra que a economia compartilhada surge como alternativa, “uma nova forma de estabelecer relações econômicas, na qual o acesso a bens e serviços é mais importante do que a posse, e a transformação do consumo a partir do uso eficiente do que é produzido ocorre com o uso da tecnologia” (Caldas, 2021, p. 72).

Conforme Contani (2017), o compartilhamento estaria associado à obtenção de benefício pelo consumo coletivo sem grandes reflexos de ordem financeira ou global, assim economizando recursos, criando sinergia e fomentando o senso de comunidade (Belk, 2007 *apud* Contani, 2017). Com esse cenário, o autor analisa que para o sucesso da Uber no Brasil foi preciso que ocorresse a desregulamentação dos serviços de táxis convencionais ao mesmo tempo da legalidade e legitimidade dos serviços da empresa. Na pesquisa empreendida por Contani (2017), focalizada na cidade de Curitiba- Paraná no ano de 2017, os resultados apontam que usuários escolhem o serviço da Uber primeiro considerando o benefício financeiro:

Os passageiros, enquanto usufrutuários da conveniência e comodidade do aplicativo, mostram-se motivados pela redução de custos. Os motoristas, por sua vez, são mais ligados ao aspecto pragmático da utilidade que o serviço oferece. Ambos se mostram pouco sensíveis ao discurso ambiental e social (Contani, 2017, p. 18-19).

Esta percepção captada se encontra com o que Caldas (2021) enfatiza em relação à exploração das capacidades de aprendizagem, de relação e de reprodução social pela valorização econômica, de modo que a economia de compartilhamento se mostra também captada pelos interesses das grandes corporações. Com este cenário, a autora tece sua tese no sentido do cooperativismo como forma de resistência dos trabalhadores frente ao domínio dos

instrumentos financeiros, abrangendo as ocupações plataformizadas e os casos de teste e sucesso ao redor do mundo.

A organização por meio de cooperativas não ocorre como “alternativa imaginária” ao capitalismo, entretanto demonstra, segundo Caldas (2021), a possibilidade de empregos mais estáveis e proteções sociais mais confiáveis do que aquelas existentes no modo de produção uberista. Em sua pesquisa, os trabalhadores cooperados entrevistados por Caldas (2021) apontam que os principais benefícios de estar em uma cooperativa são organização própria, gestão coletiva e um trabalho focado em pessoas, não no lucro. Entretanto, os obstáculos mencionados se aproximam das reflexões anteriores, pois estão relacionados à dificuldade de competição com os preços ofertados pelas grandes plataformas.

Apesar do foco na empresa Uber, como visto na pesquisa de Contani (2017), de certa maneira o negócio realizado pela empresa possui semelhanças mas não possui sua dinâmica voltada à economia colaborativa. Trabalhos temporários, os “bicos”, estão presentes nas formas de trabalho dos brasileiros há tempos, de maneira que o fomento de atividades flexíveis e a interconexão que os smartphones e internet banda larga proporcionam espaço ao trabalho uberizado. A autonomia destes motoristas/entregadores é posta em contradição quando observados a ausência de negociação do serviço, controle e vigilância sobre a qualidade do serviço, bem como o trabalho por demanda que é direcionado pela plataforma digital.

De maneira geral, nesta seção buscou-se contemplar aspectos gerais encontrados nos materiais, temas que se repetiam e expunham atenção dos pesquisadores a eles. A relação entre uberização e economia compartilhada tanto como meio alternativo de subsistência no capitalismo quanto meio utópico de pensar o trabalho dentro do sistema, aspectos diferentes que encontram um ponto comum: o aspecto social e comunitário que o trabalho humano precisa. Inovações tecnológicas despertam interesse em diferentes agentes sociais e econômicos e não se apartam de suas ideologias, de modo que os sentidos que uma “destruição criativa” ou um reforço da criação de mais-valor evidenciam a disputa inerente das criações do trabalho humano e sua capacidade criativa. Por fim e muito semelhante ao ponto anterior, um novo modo de produzir não está desconectado às escolhas políticas de um país, onde a desregulamentação e desproteção ganham espaço e fundamentos legais, formas não tão novas de subsunção ganham fôlego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este esforço de levantamento bibliográfico não busca julgar anacronicamente pesquisadores em seu momento histórico, visto que buscaram entender o fenômeno enquanto este acontecia, um exercício caro às Ciências Sociais. Pelo contrário, este artigo buscou contribuir com a pesquisa sobre plataformização do trabalho através da síntese de temas estudados e áreas em destaque. Entretanto, reconhece a ausência de materiais defendidos na UFPR, visto que a não utilização de palavras-chave específicas implica na exclusão de pesquisas com a mesma temática, o que também aponta a variedade de termos para definição de um fenômeno e, de certa forma, uma lacuna no SiBi/UFPR para relacionar assuntos.

Em síntese, restringindo a busca a 11 tipos de materiais, ao período de 2016-2024 e a quatro descritores “plataformização”, “uberização”, “trabalho por aplicativo” e “trabalho plataformizado”, foram tabulados o total de 10, 26, 186 e 6 materiais, respectivamente. Em seguida, a segunda etapa, foram selecionados a partir do título e resumo os materiais que seguissem o critério de assunto sobre plataformização na esfera laboral, sem a especificação de uma categoria. Com isso, foram apresentados oito materiais em “plataformização”, 15 em “uberização”, 11 em “trabalho por aplicativos” e dois em “trabalho plataformização”, desconsiderando na contagem as repetições encontradas. Destes 36 materiais, metade correspondiam a produção em Direito, três a Sociologia, Economia e Educação (em cada), dois em Letras e um exemplar para Comunicação, Engenharia Industrial 4.0, Inteligência de Negócios, Administração, Jornalismo, Antropologia e Psicologia.

Diante desta amostra alguns temas se repetiam e a proposta de discuti-los se fez presente. Para isso, as discussões teóricas trazidas por Domingues (2018) e Oliveira (2022) foram estimadas pelas diferenças de filiação teórica, um partindo de Schumpeter (1997) e outro de Marx (1996), os quais refletiam sobre o avanço tecnológico no trabalho, a origem e o posicionamento da uberização no modo de produção capitalista. Já na esfera jurídico-política, Giese (2021), Conradt (2022) e Bortoto (2023) apontam as implicações que a Reforma Trabalhista teve na caracterização do vínculo entre trabalhador plataformizado e empresa-plataforma, os limites do Direito do Trabalho e do Direito Sindical e também as vulnerabilidades da classe trabalhadora. Em outra perspectiva, Contani (2017) e Caldas (2021) mostram a instrumentalização que a economia compartilhada pode ter tanto como forma de legitimação da uberização quanto como alternativa à uberização.

Diante deste esforço de aglutinação de ideias ficaram de fora as empreitadas neoliberais no subjetivo do trabalhador e o reconhecimento de autonomia e da subordinação, a plataformização do trabalho sexual e de cuidado, os dilemas encontrados pelos professores com o uso da tecnologia em sala de aula, bem como as ações coletivas de entregadores e o

impacto na mobilidade urbana com mais motoristas rodando. Tal aspecto não demonstra limitação do levantamento, pelo contrário, demonstra o amplo espaço de exercício crítico que a plataformização e seus tentáculos imprimem, e estimula produções voltadas aos aspectos de gênero, raça, etário e de saúde, com baixa representatividade na segunda seleção.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila; BORSARI, Pierre; KREIN, José Dari. A despadroneização do tempo de trabalho: múltiplos arranjos e sofisticação dos mecanismos de controle de jornada. In: KREIN, José Dari. *et al* (org.). **O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. Vol. 1. São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.

BORTOTO, Giovana. **Flexibilidade e expropriação do tempo de trabalho dos motoristas de aplicativo: análise sociojurídica sobre o trabalho prestado por meio de plataformas digitais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba. 2023. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/84097>>. Acesso em: 16 fev. 2026.

CALDAS, Josiane. **Cooperação: uma saída emergente frente à plataformização do trabalho**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba. 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/74282>>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CONRADT, Michael Willian. **Liberdade sindical no trabalho em plataformas digitais: limites e possibilidades no contexto brasileiro**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba. 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/76342>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CONTANI, André Ricardo do Rosário. **Se esta rua fosse minha, eu mandava... compartilhar!: uma análise de fatores de motivação na preferência pelo serviço compartilhado de mobilidade**. Artigo (especialização) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Especialização MBA em Inteligência de Negócios, Curitiba. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/55525>>. Acesso em: 11 fev. 2026.

DOMINGUES, Bruno Aurelio Ledur. **Conectividade e relações econômicas no século XXI: o advento da uber economia**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) — Curso de Ciências Econômicas Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba. 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/63605>>. Acesso em: 26 jan. 2026.

GIESE, Luciana Nowicki. **A uberização do trabalho: uma análise para além da dicotomia entre autônomos e subordinados**. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba. 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/71233>>. Acesso em: 12 fev. 2026.

GROHMANN, Rafael. SALVAGNI, Julice. **Trabalho por plataformas digitais: do aprofundamento da precarização à busca por alternativas democráticas**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I, tomo I**. Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MANZANO, Marcelo, KREIN, André. Dimensões do trabalho por plataformas digitais no Brasil. *In*: MACHADO, S., ZANONI, A. (org.). **O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos**. Cachoeirinha: Fi, 2025.

OLIVEIRA, Eziel Gualberto de. **A crise social do emprego e a ampliação dos trabalhadores assalariados por conta própria**. tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Curitiba. 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/77362>>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

TOZI, Fabio. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 24, n. 3, p. 487-507, dez. 2020. ISSN 2179-0892.

RESUMO

Em face de inovações no modo de produção que o século XXI vem experimentando, as plataformas digitais tornaram-se onipresentes na vida social. São exemplos: as redes sociais em que os usuários compartilham fotos, o local de *networking* na busca pelo emprego e também as formas de empregabilidade. Com isso, a literatura produzida sobre estes trabalhadores plataformizados é extensa. As áreas do Direito, Sociologia, Economia e Administração contemplam com suas capacidades interpretativas o fenômeno da plataformização do trabalho. Tão grande a variedade de temas e áreas que por vezes pesquisas, autores e setores não se conversam. Assim, a proposta do presente trabalho é o levantamento de estudos realizados na Universidade Federal do Paraná (UFPR) sobre trabalho plataformizado, com o objetivo de levantar os maiores campos de estudo, convergências e divergências possíveis, bem como lacunas. Para isso, utiliza-se o Sistema de Bibliotecas da UFPR (SiBi/UFPR), de acesso aberto, para obtenção dos trabalhos de graduação e pós-graduação. O levantamento bibliográfico utiliza quatro descritores — “plataformização”, “uberização”, “trabalho por aplicativos” e “trabalho plataformizado” — e está dividido em duas seleções: a primeira elenca todos os materiais encontrados nos descritores entre o período 2016-2024 e a segunda restringe a tabulação com base nos títulos e resumos aos materiais que tratam da plataformização no trabalho relacionada às condições, empasses e mudanças de seus agentes laborais. Em seguida foram analisados os principais pontos de correspondência e divergência entre os estudos, considerando literatura trabalhada, objeto e objetivo. Nota-se uma limitação do levantamento em relação às especificidades que as categorias de trabalho implicam, de modo que estudos foram excluídos da amostra por não terem sido relacionados às palavras-chave designadas, entretanto, ainda se sustenta pela visão ampla possibilitada por análises econômicas, jurídicas e sociais do fenômeno. As discussões tornaram possíveis comparações teóricas entre Schumpeter e Marx em relação ao avanço tecnológico no trabalho, contemporaneizadas para a uberização no modo de produção capitalista; aberturas que a Reforma Trabalhista proporcionou para disputas existenciais entre trabalhador e empresa-plataforma; bem como as saídas possíveis que a economia compartilhada proporciona, por um lado a legitimação da uberização, por outro uma alternativa a ela. De maneira geral esse levantamento buscou promover o diálogo entre os pares debruçados na plataformização do trabalho, possibilitando contribuições e críticas que sustentam a produção nas Ciências Sociais, recusando, desse modo, acusações anacrônicas aos autores.

Palavras-chave: Levantamento bibliográfico; UFPR; trabalho; plataformização; plataformas digitais.